

Política de Privacidade

1. Responsável pelo tratamento de dados pessoais

A SPMS, E.P.E. é a responsável pelo tratamento de dados pessoais efetuado no âmbito do Registo de profissionais para reforço de resposta em telessaúde à pandemia COVID-19 (doravante Registo de Voluntários), definindo os dados recolhidos, os meios de tratamento e as finalidades para as quais os dados serão utilizados.

Enquanto responsável pelo tratamento a SPMS, E.P.E.:

- a) Assegura que o tratamento dos seus dados pessoais é efetuado apenas no âmbito das finalidades para as quais os foram recolhidos ou para finalidades compatíveis com aquelas;
- b) Recolhe, utiliza e conversa apenas dados adequados, pertinentes e limitados relativamente às finalidades para os quais são tratados;
- c) Não procede a qualquer transmissão de dados pessoais para fins comerciais ou de publicidade.

2. Encarregado de proteção de dados

A SPMS, E.P.E. designou um encarregado de proteção de dados.

O encarregado de proteção de dados da SPMS, E.P.E. pode ser contactado para esclarecimento de quaisquer dúvidas ou para apresentação de reclamações, através do endereço de correio eletrónico dpo@spms.min-saude.pt.

Sem prejuízo das reclamações apresentadas junto do encarregado de proteção de dados, o titular dos dados poderá ainda apresentar as suas reclamações junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

3. Titulares de dados e categorias e formas de recolha

3.1. Titulares de dados pessoais

Os titulares de dados pessoais são os estudantes e profissionais de saúde a quem os dados pessoais dizem respeito, que pretendem integrar o Registo de Voluntários.

3.2. Categorias de dados pessoais

No âmbito do Registo de Voluntários são tratados os seguintes dados pessoais: nome completo, número da ordem profissional, contacto telefónico preferencial, e-mail, categoria profissional.

3.3. Forma e momento de recolha:

Os dados pessoais elencados no número anterior são recolhidos diretamente junto do titular dos dados, aquando do preenchimento do formulário de Registo de Voluntários.

4. Finalidades e fundamento de licitude do tratamento de dados pessoais

Os dados pessoais são tratados pela SPMS, E.P.E. para efeitos de contacto com o respetivo titular no âmbito da inscrição no Registo de Voluntários e gestão das atividades de reforço de resposta em telessaúde à pandemia COVID-19. O tratamento acima descrito tem como fundamento o consentimento manifestado para o efeito pelo titular dos dados.

Os referidos dados pessoais poderão ainda ser tratados pela SPMS, E.P.E. para efeitos de gestão, auditoria e melhoria contínua dos serviços prestados. Tal tratamento de dados tem como fundamento de licitude a prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento. Por último, os dados pessoais inscritos no presente Registo de Voluntários poderão ainda ser tratados para cumprimento de obrigações legais, obrigações de fornecimento de informação a

outras entidades do Ministério da Saúde e da Administração Pública, bem como a Tribunais e órgãos de polícia criminal, no exercício das respetivas atribuições e poderes.

5. Destinatários ou categorias de destinatários

No âmbito do reforço de resposta em telessaúde à pandemia COVID-19, a SPMS, E.P.E. poderá relacionar-se com terceiros, o que implica o acesso, pelas referidas entidades, a dados pessoais dos titulares.

Adicionalmente, a SPMS, E.P.E. poderá transmitir a terceiros os dados pessoais recolhidos através do Registo de Voluntários quando:

- Tenha obtido o consentimento do titular dos dados para o efeito, em conformidade com a legislação atualmente em vigor em matéria de proteção de dados;
- A referida transmissão seja efetuada em cumprimento de disposição legal ou ordem judicial, de deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) ou de solicitação de entidades do Ministério da Saúde ou Administração Pública;
- A referida transmissão seja efetuada para proteger interesses vitais do titular dos dados;

Em qualquer das situações supra identificadas, a SPMS, E.P.E. compromete-se a tomar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção dos dados pessoais em questão.

6. Prazo de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais dos titulares são tratados em observância da legislação aplicável, sendo armazenados em bases de dados especificamente criadas para o efeito. Os referidos dados são conservados num formato que permita a identificação dos titulares, apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades para as quais são tratados.

Não existindo uma obrigação legal que determine a conservação dos dados por um período específico, os mesmos serão conservados pela SPMS, E.P.E. apenas pelo período necessário ao cumprimento das finalidades que determinaram a sua recolha.

7. Direitos dos titulares dos dados pessoais

A SPMS, E.P.E. garante o respeito pelos direitos dos titulares de dados pessoais, nos termos e com os limites previstos na legislação em vigor em matéria de proteção de dados.

Em conformidade com a referida legislação, o titular dos dados goza dos direitos de acesso, apagamento, oposição e limitação do tratamento, bem como do direito a retirar o consentimento, a qualquer momento, sem que tal comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

O titular dos dados tem ainda direito a apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

8. Exercício de direitos

Os direitos elencados no número anterior poderão ser exercidos de forma direta e gratuita através do e-mail dpo@spms.min-saude.pt.

9. Atualização

A presente política de privacidade, cuja leitura atenta se recomenda, pode ser alterada ou atualizada a qualquer momento. As referidas alterações ou atualizações serão publicadas pela SPMS, E.P.E., com expressa menção da data de atualização.